



## DISCURSO DE POSSE

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2009

Senhoras, senhores,

Boa noite!

O Plano Nacional de Energia, estudo produzido pela Empresa de Pesquisa Energética, prevê que o consumo de eletricidade no Brasil aumentará 2,5 vezes até 2023. Diante desse cenário de crescimento projetado para as próximas duas décadas, o país tem, necessariamente, de se preparar e buscar alternativas de expansão para atender a demanda. Nesse sentido, o Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia se propõe a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor energético, articulando e reforçando a atuação das unidades da federação mediante canais de diálogo com o governo federal.

A descentralização é elemento fundamental para se chegar ao pleno fortalecimento do segmento energético nacional. Leilões específicos contínuos, por exemplo, devem ser fixados pelo Ministério de Minas e Energia de acordo com critérios de divisão geográfica e fonte de energia. Da mesma forma, a Empresa de Pesquisa Energética tem possibilidade de direcionar um planejamento com a finalidade de contemplar energéticos característicos de cada região do país e, em consequência, tornar viáveis empreendimentos de geração.

As agências estaduais de regulação serão elementos de significativa importância para essa descentralização. Pode-se citar o caso das pequenas centrais hidrelétricas, cujos regramentos estarão combinados com as agências federais. Essas unidades conhecidas como PCHs, geradoras de até 30 megawatts, representam soluções de médio prazo em razão do período reduzido de construção, causam menor impacto ambiental, utilizam fontes renováveis e agregam desenvolvimento regional pela criação de empregos e receitas tributárias.

Estigmatizado como poluente, o exemplo do carvão mineral é emblemático. Hoje, com aplicação de modernas tecnologias, tanto de beneficiamento como de queima do combustível, pode-se alcançar baixo nível de emissão, com isso melhorando a eficiência do produto, aliado ao baixo custo de extração. Os grandes empreendimentos para os próximos anos no nordeste e no sul, onde se localizam as maiores jazidas do país, relacionam-se à geração térmica a partir de carvão mineral.



Quanto ao aproveitamento de gás para geração de energia, necessário se faz uma política específica para criar ambiente propício, levando-se em conta reservas, o pré-sal, oferta, condições de transporte, localização de termelétricas e cuidados ambientais. Nessa linha, deve-se considerar um programa de eficiência energética dessa fonte, com vistas ao desenvolvimento de programa nacional.

Outra fonte importante a ser incentivada é a eólica, responsável pela produção de energia elétrica a partir da abundância de vento, em especial, na costa brasileira. Com adoção de leilões específicos para esse tipo de energético, reivindicação antiga de investidores, existe a possibilidade de aproveitamento de parcela significativa do potencial do país. Prova disso é a quantidade cadastrada de 441 projetos para o certame previsto para 14 de dezembro, equivalente à geração de 13.342 megawatts de potência. Necessária torna-se a garantia pela União de leilões anuais de no mínimo 1.000 megawatts para atrair empreendimentos e fabricantes de produtos destinados a equipar parques eólicos.

O estabelecimento de cronograma de obras hídricas é assunto de real importância para ser analisado e discutido entre o colegiado de secretários e o governo central. Essas construções garantirão, em horizonte de 20 anos, a entrada em operação de novas fontes geradoras, o que garante perspectiva de crescimento econômico para a nação.

Institucionalmente, o Fórum de Secretários de Energia tem como missão e desafios consolidar sua dimensão nacional, aumentar a participação de estados em reuniões do colegiado, reativar os conselhos regionais, revisar o regimento interno e intensificar a articulação com o governo federal, ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Energética, Operador Nacional do Sistema e Agência Nacional de Energia Elétrica. O colegiado também deve debater assuntos energéticos por meio de mecanismos de interlocução entre governos federal e estaduais, organizações empresariais e da sociedade civil.

Assim, a nova gestão do Fórum de Secretários de Energia estará focada, especialmente, na participação efetiva na elaboração do marco regulatório do pré-sal, com ênfase nas regras de distribuição de royalties para todos os estados, na descentralização do planejamento energético, incentivando programas regionais de geração de energia elétrica, na integração de políticas ambientais que garantam desenvolvimento sustentável e que apressem o processo de licenciamento de empreendimentos, assim como na discussão acerca das concessões do setor energético.

O fórum quer intensificar o diálogo político sobre grandes temas que dão sustentação à construção das políticas públicas nacionais e regionais sobre a questão energética brasileira. No Brasil de hoje, bola da vez, como expressam



experts da economia mundial, tudo que se fizer em termos de infra-estrutura precisa e está atrasado. Temos de romper, de forma definitiva, com a cultura do curto prazo. As gerações futuras ainda correm risco de pagar alta conta se a atual geração, por intermédio da classe política e de líderes empresariais e sociais, não conseguir construir uma agenda de Estado que perpassse governos e supere diferenças político-ideológicas.

Nosso desafio, portanto, meus caros secretários, é, de maneira harmoniosa, unir interesses de um país continental, através das 27 unidades da federação, de tal forma que uma nova, moderna e justa agenda de Estado possa ser oferecida à nação.

Muito obrigado!